



QUANDO A DIFERENÇA RANGE OS DENTES

Luiz Felipe Zago¹

Este pequeno ensaio é fruto da análise de trechos escritos por profissionais das áreas da saúde e da educação da rede pública municipal de Porto Alegre ao final do módulo “Sexualidades transgressoras”, ministrado por mim e que foi parte integrante da capacitação intitulada “Violência, Gênero e Sexualidade: ressonâncias na saúde pública”, promovida pela Secretaria Municipal de Saúde daquela cidade². Depois das discussões acerca dos limites e cruzamentos entre sexualidade, saúde, norma e transgressão, pedi @s participantes da capacitação que escrevessem, de forma anônima, aquilo que mais @s *incomodou* ou aquilo que mais @s *desacomodou* ao longo do desenvolvimento do módulo. São exatamente as frases que me foram entregues por ess@s profissionais que constituem o *corpus* de análise deste breve artigo.

Me causou desconforto “ouvir” esta música no início da aula como eu nunca tinha ouvido. Não havia prestado a atenção na letra e no seu significado.

O que me incomodou: a bondade da Geni.

Quanto ao que me incomodou, realmente foi a música da Geni. Desde que ela surgiu, há mais de 30 anos, que eu não consigo escutá-la sem me angustiar.

Planejei começar as capacitações tocando a música *Joga pedra na Geni*, de Chico Buarque, porque considereei a letra da canção apropriada para o título do módulo e da capacitação. O refrão *Joga pedra na Geni / Ela dá pra qualquer um / Maldita Geni* se encaixava nas discussões que eu pretendia levar para os grupos sobre transgressão e sexualidade, além de ter marcado toda uma geração como sendo o próprio signo da rebeldia. Como disse uma das professoras presentes, logo após a música ter terminado: “Quando eu era adolescente, ouvir Chico Buarque era, por si só, uma transgressão”. A letra conta a história de Geni, cujo *corpo é dos errantes / dos cegos, dos retirantes / de quem não tem mais nada*, que foi escolhida pelo comandante do Zepelim prateado para ser sua amante por uma noite em troca da salvação da cidade inteira, que estava prestes a ser dizimada. Essa dupla e ambígua posição confere desconforto àquel@s que prestam a atenção na música na medida em que reconfigura a posição dos sujeitos perante a norma: numa determinada situação

¹ Jornalista, mestre em Educação, doutorando em Educação pela UFRGS, membro do Grupo SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade. Email: luizfelipezago@yahoo.com.br

² Ao todo foram ministradas 24 horas/aula em seis encontros para cerca de 120 profissionais.



Geni era boa de cuspir; em outra situação *a cidade em romaria / foi beijar a sua mão* pedindo que Geni se deitasse com o comandante para que ele não acabasse com todos. Isso nos mostra o quanto a norma é móvel, mas também atesta a função central das transgressões para a constituição das normas.

Segundo Luis Henrique Sacchi dos Santos, “antes do século XIX, a norma estava relacionada à retidão, literalmente ligada ao esquadro como ferramenta de carpintaria”, sugerindo que a norma mantém relação com a tríade *esquadro/quadrado/enquadrado*, “mas a partir desse mesmo período ela passa a relacionar-se com a média aritmética (...) e propaga-se por vários campos do social” (Santos, 2009, p. 27), abrindo o conceito de norma para as ideias de curva-de-normalidade e ponto-médio. As noções de curva e de ponto têm mais a ver com nossa sociedade contemporânea do que com aquela sociedade moderna do século XIX. Porque hoje o que existe é menos um corte binário e universal que cruza o tecido social e opõe constantemente normalidade de anormalidade – tal qual é o sonho moderno – e o que existe mais são posicionamentos em relação a uma determinada curva-de-normalidade (expressa em taxas de colesterol, taxas de natalidade, taxas de desemprego; média de rendimentos, média de pontuação em provas e seleções, média de vezes que se faz sexo etc.) para a definição, geralmente dada por profissionais da área da saúde, que nos diz se somos normais ou anormais. Hoje somos governados por curvas-de-normalidade que nos posicionam em relação a uma média geral – que se constitui como norma – e que cria zonas de escape – normalmente situadas nos dois extremos das curvas. Nesse contexto, a transgressão caracteriza-se pela tangente à curva, significa o “mau” posicionamento em relação ao padrão.

Na música de Chico Buarque, Geni encarnava duplamente uma sexualidade transgressora (ela se posicionava de modo problemático em relação à norma, ou a própria norma a colocava no lugar da transgressão): primeiro porque *de tudo que é nego torto / do mangue ao cais do porto / ela já foi namorada*, segundo porque ela era mulher – se homem fosse, todos os seus namoros não seriam motivo suficiente para que apanhasse. Geni tinha problemas com a norma – ou seria a norma que tinha problemas com ela? –, Geni não se *enquadrava*, e por isso ela era *feita pra apanhar / boa de cuspir*. Geni tangenciava as curvas-de-normalidade, e pagava caro por isso.

Transgressão é ameaçadora, pois não se tem a certeza de onde vai parar, qual é o “novo” limite.

Mesmo que na maioria das vezes eu consiga entender e aceitar as diferenças, devo admitir que nem sempre é fácil não classificar, não rotular, isto é, aceitar o que é diferente. O que é diferente incomoda porque temos medo de sermos atingidos, já que a normalidade protege.



O que mais me incomodou foi perceber nas nossas próprias falas essa tal defesa asséptica de normatizações, mesmo tentando quebrar paradigmas.

“A norma não admite exterioridade” (*op.cit.*), o que sugere que a definição do normal depende diretamente da definição do anormal para se constituir e se consolidar. Não há como separar ou individualizar as ideias de normalidade e de anormalidade, isso porque mexendo ou redefinindo uma há implicação na outra. Romper com uma norma, quebrar com a norma, não significa livrar-se dela, mas significa redefini-la e, ao mesmo tempo, criar novas regiões de (a)normalidades. Com isso, podemos ir mais além e sugerir que o anormal não está fora da norma: “o anormal, portanto, está na norma, ao abrigo da norma, ainda que seja tomado como um oposto ao normal” (Veiga-Neto *apud* Santos, 2009, p. 27). A relação entre normalidade e anormalidade não pode ser vista como uma relação de concorrência, mas como uma relação de mútua produção. A grande armadilha é que os normais e a normalidade são invisíveis, estão protegidos porque estão acomodados no seio da norma. Pessoas normais, ou que aparentam ser normais, pouco são alvo de ações de governo e dificilmente são paradas em batidas policiais: quem habita a norma usufrui também do benefício da sua invisibilidade. Ao passo que os anormais e a anormalidade são identificados, categorizados, classificados, “rotulados”, como escreveu a professora no excerto acima, isso porque é necessário conhecê-los e sobre eles é necessário exercer controle. Esse é um dos motivos que faz com que, por exemplo, haja a necessidade de alguém que não é heterossexual ter de tomar a voz, chamar a atenção para si e dizer, em voz alta e em tom às vezes confessional: “olha, eu sou gay (ou lésbica, ou bissexual, ou transgênero...). Os anormais precisam ser controlados porque quaisquer escapes, rompimentos e movimentações que fizerem vão afetar diretamente a norma e os normais. Daí que a “quebra de paradigmas” resulta num exercício tão difícil para alguns: quebrar este ou aquele paradigmas significa desacomodar-se da norma, pode significar deslocar-se da proteção da norma. Quando os diferentes – anormais, que habitam as zonas de anormalidade – se movimentam, reverberam e pulsam, é a própria norma que se vê ameaçada. Quando a norma range os dentes é sinal de que os transgressores estão pululando em mil acontecimentos. A esse respeito, Richard Miskolci usa o exemplo do direito à União Civil para pessoas do mesmo sexo para dizer o seguinte:

As transformações em curso nas relações sociais e nas instituições como o casamento e a família geram pânico morais que visam culpabilizar e controlar grupos estigmatizados. A parceria civil (ou casamento) entre pessoas do mesmo sexo beneficiará com maior aceitação social um grupo privilegiado e mais convencional de gays e lésbicas, enquanto pouco ou nenhum benefício trará para os não enquadrados, quer os que recusam a institucionalização e normalização de suas vidas amorosas, quer aqueles para os quais ainda restará o estigma da perversão sexual. (Miskolci, 2007, p. 125)



Pois a norma já estratifica e hierarquiza inclusive aqueles que antes eram considerados anormais: é o caso de gays e lésbicas que reivindicam o direito à União Civil. Ou seja, a curva-de-normalidade seria a instituição matrimônio: gays e lésbicas casad@s serão @s nov@s “normais”, e @s nov@s “desviantes” da curva serão aquel@s que resistem à institucionalização de seus afetos pelo Estado. É importante notar aqui que o medo das transgressões, conforme apareceu na escrita de uma das professoras, resulta ingênuo. Porque uma vez que a transgressão atravessa limites e põe em xeque a força da norma, a norma, por sua vez, se apropria desses novos espaços abertos pela transgressão e reorganiza o caos provocado por esse rompimento de regras. Duplo poder: a norma fornece os limites para a transgressão, mas também pode se apropriar d@s transgressor@s, normalizando-@s.

O que mais incomoda é saber como é fácil sermos engolidos pelas ditas normas sociais. É necessário um “estado de alerta” constante para não se jogar nas armadilhas (violência, ditaduras, descaso).

Já se foi o tempo em que reivindicar o direito à União Civil de pessoas do mesmo sexo, ou o direito à adoção por casais homossexuais, se traduzia em transgressão ou vanguardismo. Assim como hoje soa até ingênuo dizer que Leila Diniz grávida se banhando no mar do Rio de Janeiro de biquíni poderia encarnar o próprio ideal de transgressão feminina para a sociedade brasileira dos anos 1970. Queimar sutiã em praça pública? No final do século XIX era transgressor; hoje é jogar dinheiro fora. Diante dessa capacidade formidável da norma, de controlar e ordenar tudo e tod@s em torno de sua órbita – inclusive as transgressões e @s transgressor@s –, “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (Deleuze, 1992, p. 220).

O que mais me chamou a atenção foi a questão do gênero como determinante da identidade do ser humano. Ou seja, a inexistência do ser humano descontextualizado do GÊNERO. Assim como o grau de imbricamento do modelo heterossexual na estrutura social e a resistência às mudanças pelos poderes instituídos.

O que me incomodou foi como a heteronormatividade é relativamente forte em nossa cultura. É difícil “mudar”, olhar de frente, para determinada situação. Difícil mudar a visão e o pensamento das pessoas, ou o simples fato de querer e tentar mudar.

O que me impactou em nossas discussões é a nossa tendência de reduzirmos a nossa sexualidade a uma “escolha eterna” de objeto sexual, bem como o reducionismo de sujeito à identidade. É nesse ir e vir que vamos vivendo e nos enredando.



Joan Scott já nos mostrou o quanto o conceito de gênero é imprescindível para se pensar a organização social como um todo (Scott, 1995). Num primeiro momento, podemos dizer, junto com Guacira Louro, que “o conceito de gênero [é usado] para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Louro, 2003, p. 64). Entretanto, vários autores já discutiram o quão social e histórica é a própria construção do sexo, negando a divisão binária entre sexo – corpo biológico, imutável – e gênero – atributo social, cambiante (Nicholson, 2000; Laqueur 2001; Butler, 1993, 2004a, 2004b). Para Judith Butler, de modo contundente, “o ‘sexo’ não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa”, no sentido de que “o ‘sexo’ é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (Butler, 2007, p. 154). Louro, nessa direção, sublinha que “as normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam”, ressaltando que o corpo se produz também – e principalmente – pela linguagem usada para nomeá-lo, linguagem essa que “não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, ‘faz’ aquilo que nomeia” (Louro, 2004, p. 44). Se falamos de um corpo biológico como dotado de uma biologia generificada *a priori*, devemos tensionar essa noção essencialista a partir da ideia de que essa generificação da materialidade orgânica é antes “um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através da uma reiteração forçada destas normas” (Butler, 2007, p. 154).

Vemos que a condição primeira de compreensão dos corpos como pertencendo, ou melhor, como *tendo* um sexo determinado, capaz de ser identificável, se faz imprescindível para seu reconhecimento como sendo humano, propriamente. É preciso nomeá-lo e descrevê-lo como, simultaneamente, *pertencente* a um sexo e *pertencendo* um sexo para que o corpo seja compreendido no domínio do humano. “O ‘sexo’ é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é”, diz Butler, “ele é uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna ‘viável’, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (*idem*, p. 155). Se a percepção de que os dois sexos, macho & fêmea, são absolutamente naturais e mutuamente excludentes, o que causa impacto é o desconforto que @s participantes da capacitação sentiram ao serem confrontad@s com a perspectiva construcionista radical. É nesse desconforto atestado pelos escritos recolhidos que se nota o poder performativo da norma do sexo reiterando sua força através da repetição do seu ideal regulatório: o exercício de pensar um corpo sem sexo/gênero – ou pensar um corpo com dois sexos –



desacomodou @s profissionais porque este é um exercício que suspende temporariamente a repetição da norma ideal através da qual tornamos os corpos inteligíveis. Mais que isso, pensar num corpo com dois sexos, ou num corpo em que o gênero rompe com o sexo (como no caso de travestis e transexuais), provoca a desconfortável sensação de adiamento da definição sobre, afinal, *quem é aquela corpo?* A recusa ou a impossibilidade de qualquer conclusão a respeito da identidade de gênero ou sexual de um corpo exaspera aquel@s que só conseguem conceber a humanidade se atrelada ao reconhecimento do masculino *ou* do feminino (e nunca do masculino *e* do feminino, muito menos de nem um nem outro). É nesses momentos que se recorre ao discurso da “tomada de consciência” (que aparece em frases como “as pessoas precisam saber quem elas são, elas precisam de ajuda para isso, elas podem estar confusas ou passando por uma fase de confusão”) ou à retórica da “saída do armário” (traduzido em “as pessoas precisam assumir aquilo que elas são apesar das adversidades, porque somente sendo quem realmente somos é que seremos felizes”).

O processo que torna um corpo culturalmente viável é intrinsecamente associado à nossa concepção de sexualidade. Também as sexualidades podem ser concebidas como cultural e politicamente constituídas, justamente porque “a sexualidade supõe ou implica mais do que corpos, que nela estão envolvidas fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizados ou postos em ação para expressar desejos e prazeres” (Louro, 2007, p. 210). E aqui há indicações de profundas relações entre cultura, história e poder, a partir do momento em que tomamos a sexualidade como um dispositivo histórico que funciona como sendo uma “grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” que, de modo sincronizado, opera por associação destes elementos “segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (Foucault, 2003, p. 100).

Portanto, ao lermos as frases recém mostradas entendemos o conflito provocado pela apresentação de uma perspectiva eminentemente cultural, histórica e política acerca da constituição de sexo, gênero e sexualidade que entra em rota de colisão com aquelas que supõem uma biologia e/ou uma fisiologia como bases materiais, orgânicas, fixas, imutáveis e a-históricas de significação das diferenças de gênero e sexuais. Se as experiências dos corpos, dos sexos, dos gêneros e das sexualidades se constroem na e pela cultura na qual emergem; se os corpos, os sexos, os gêneros e as sexualidades não são algo que nós temos, nem algo que nós detemos ou que nós guardamos encerrados em nós mesmos, mas sim algo que exercemos continuamente e que materializamos como ideal regulatório, algo que produzimos em relação a uma norma, algo em torno do qual há



disputas de significados e algo que é materializado como marca do poder; então é válido provocar uma reflexão acerca de como a transgressão se constitui em relação à norma – ou de como a transgressão ameaça e dá contornos à norma. E essa norma, quando o assunto é gênero e sexualidade, chama-se heteronormatividade.

Não fiquei chocada, mas me dei conta do quanto esperamos o “padrão hetero” nas escolhas das pessoas. Não me vejo preconceituosa, porém (...) realidades “diferentes” não fazem parte da minha intimidade (família, filhas).

Louro, entre outros autores, dá o nome de heteronormatividade “à produção e reiteração compulsória da norma heterossexual”, que supõe o alinhamento ideal entre o sexo (mulher, homem), gênero (feminino, masculino) e sexualidade (heterossexual) (Louro, 2005, p. 7). O conceito de heteronormatividade diz respeito aos corpos, aos gêneros e às sexualidades simultaneamente. A heteronormatividade, então, não se iguala à heterossexualidade: a heterossexualidade é um de seus operadores, e a partir dela se institui uma norma que regula desde a materialização dos sexos nos corpos, a construção repetida dos gêneros e a produção da sexualidade. Assim, se constitui como heteronorma e produz um centro ideal de compreensão dos sujeitos no momento mesmo em que constrói os lugares do ex-cêntrico (fora do centro) e do anormal (que não é normal) – o que, para autoras como Butler, configuraria a produção dos seres abjetos, excluídos da matriz heteronormativa por não se *enquadrarem* aos seus princípios de inteligibilidade. Assim, heteronormatividade diz respeito a “um padrão de sexualidade que tem a qualidade ou força de uma norma”, uma norma que diz “o que se deve ser (...) o que é, supostamente, ‘natural’ ser” (Santos, 2009, p. 27).

E, mais do que isso, é preciso que passemos a pensar a heteronormatividade não apenas que pauta e governa a vida dos não-heterossexuais, mas que essa norma heterossexual se coloca como um sistema que organiza a vida, as instituições, enfim, a cultura, constituindo e afetando também aqueles/as que se identificam como heterossexuais. (Santos, 2009, p. 29).

Como é difícil me enxergar! Me tinha por aberta, mas me vi ignorante perante o tamanho das realidades da vida. Me tinha por “bacana” porque “respeitava”, porque “o diferente nos enriquece”, blá blá blá... Sinceridade? Me incomoda, me cansa! Mas é real, é vivo!

A partir desta aula vou pensar mais no outro como se fosse eu mesmo.

O que fazer diante dos impasses que a “pura” diferença, a “pura” alteridade nos coloca, interpelando-nos? Parecem momentos em que qualquer saída vai na direção de um apagamento da diferença...



Retomando a música *Geni e o Zepelim*, quando e onde vemos alguém cuspir n@ outr@ atualmente? Quem cospe e como cospe? Quem são @s feit@s pra apanhar / b@ns de cuspir de hoje? As possíveis respostas a essas questões vão problematizando nossas concepções de “respeito à diferença”, de “celebração da diversidade” e de “aceitação do múltiplo”, sobretudo quando essas diferenças e essas diversidades estão dentro dos limites das salas de aula – e sobretudo quando essa sala de aula é da rede pública de ensino.

O argumento falacioso do “respeito às diferenças”, quando o assunto é as sexualidades que desafiam a heteronorma, se traduz numa armadilha perigosa: geralmente tal “respeito” é resultado de uma atitude conformista por parte dos “desviantes” da norma que, ao se *enquadrarem* às regras do jogo da heteronormatividade, apagam quaisquer indícios de suas sexualidades não-heterossexuais (relatos de experiências, trejeitos corporais, gestos, roupas, expressões linguísticas) para, então, estarem em condições de “exigir respeito”. Ou seja: “respeite antes se quer ser respeitado”. Assim, possivelmente um homem gay é “respeitado” por um homem heterossexual não em sua singularidade enquanto homossexual, mas porque age e se comporta *como se sua (homo)sexualidade não fizesse parte da sua experiência, constituindo-o*, sendo que esse mesmo motivo o faz *parecer um homem heterossexual*. Lembremos: hoje não é mais estritamente necessário ser heterossexual, mas é absolutamente aconselhável *parecer ser heterossexual* – para casar, poder adotar filhos, servir o Exército...

Em outras palavras, quero destacar o quanto estamos, de certo modo, “aprisionados” em uma matriz que estabelece o que devemos discutir (por exemplo, se casais gays podem ou não adotar filhos, se podem ou não se casar, se podem ou não trabalhar com crianças pequenas, se podem ser mostrados na televisão sem que isso incentive os jovens a também “quererem ser” homossexuais etc.) e até onde podemos transgredir: até o suposto de que é preciso dizer que se é gay, “sair do armário”, está pressuposto nessa matriz que estabelece algumas coisas como naturais, compulsórias e outras não. Alguns destacam, inclusive, que a heteronormatividade procura identificar e produzir posturas fixas no âmbito das próprias sexualidades homoeróticas, marcando nessas relações quem é o “passivo” (comportamento associado à mulher) e o “ativo” (comportamento associado ao homem). (Santos, 2009, p. 31-32).

Frases como “não tenho nada contra [gays e lésbicas], só não acho que eles têm de esfregar isso na cara de todo mundo”, “ele é gay, mas é discreto” ou “ela é lésbica e é normal” supõem não apenas um apagamento da sexualidade como instância constituidora das subjetividades de pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transgêneras, como também, e sobretudo, instituem reiteradamente a norma a que fazem referência. Porque a heteronormatividade, enquanto força de norma, exige, sim, que as sexualidades que a transgridem tomem a palavra e confessem sobre seu desvio. Por outro lado, essa mesma heteronorma promete aos seus desviantes a proteção no seu seio *desde que* aceitem as regras que ela própria estabelece. Sob o perverso disfarce do “respeito às diferenças”



vemos a heteronormatividade estratificando seus desviantes: produzindo “bons gays” e “boas lésbicas” que têm direito ao respeito, ao mesmo tempo em que torna abjetos aqueles que não se *enquadram* à sua heteronorma. A dinâmica do “respeito às diferenças” sexuais arma um jogo onde @ desviante da curva-de-normalidade (a pessoa homossexual, por exemplo) é obrigad@ a se adequar à norma perante o normal (a pessoa heterossexual) para que este último possa respeitar @ primeiro. Ou seja: nesse jogo, quem continua sendo “respeitado” é o normal, que não vê sua condição de normalidade desafiada, e quem continua “respeitando” é @ desviante, que se mantém cúmplice da norma que @ assujeita.

Este momento [da capacitação] me fez refletir sobre o tempo que passei pela vida sem questionar as normas e ocupando o espaço de tolerante, com a sociedade, com a família e com colegas de trabalho.

Bibliografia

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: *O Corpo Educado – Pedagogias da sexualidade*. p.153-172. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

BUTLER, Judith. *Performative acts and gender constitutions: an essay in phenomenology and feminist theory*. In: BIAL, Henry. *The performance Studies Reader*. p. 154-165. London: Routledge. 2004a.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. Nova York e Londres: Routledge. 2004b.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. Nova York e Londres: Routledge, 1993.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34. 1992, (2008).

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 2003.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes. 2003.

LOURO, Guacira. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

LOURO, Guacira. *Heteronormatividade e homofobia*. Notas para a conferência de abertura do I Simpósio Paraná - São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual. 2005. Mimeo.



LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *In: Educação em Revista*. Nº 46. p. 201-218. Belo Horizonte: UFMG. 2007.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *In: Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC. V. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação & realidade*. Nº 20, vol. 2. P. 71-99. julho/dezembro. Porto Alegre: UFRGS. 1995.

SANTOS, Luis Henrique. Heteronormatividade e Educação. *In: Tá difícil de falar sobre sexualidade na escola? SOMOS*: Porto Alegre. P. 26-36. 2009.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *In: Cadernos pagu*, nº 28. P. 101-128. janeiro-junho. Campinas: UNICAMP. 2007. AUTOR DA OBRA. *Título da obra*: subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editor, ano de publicação.